


**CASSAÇÃO DO DEPUTADO GLAUBER BRAGA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE DESSEMELHANÇA E EXPURGO DO OUTRO NO CONSELHO DE ÉTICA**

**CASSATION OF CONGRESSMAN GLAUBER BRAGA: AN ANALYSIS OF THE DISCOURSES OF DISMEMBERSHIP AND PURGE OF THE OTHER IN THE ETHICS COUNCIL**

**DESTITUCIÓN DEL DIPUTADO GLAUBER BRAGA: UN ANÁLISIS DE LOS DISCURSOS DE DESEMBOLSAMIENTO Y EXPURGO DEL OTRO EN EL CONSEJO DE ÉTICA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-275>

**Data de submissão:** 24/11/2025

**Data de publicação:** 24/12/2025

**Marcelo José do Monte**

Doutorando em Políticas Públicas

Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: marcelo.monte@aluno.uece.br

**Fábio Gentile**

Doutor em Filosofia e Política

Instituição: Universidade l'Orientale de Nápoles, Departamento de Ciências Sociais da

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Email: fabio\_gentile@ymail.com

---

**RESUMO**

O estudo aborda os discursos políticos de dessemelhança e de exclusão do outro ante a representação de pedido de cassação do deputado Glauber Braga [Pso/RJ] por quebra do decoro. Na análise, consideram-se os votos proferidos pelos deputados federais no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, observando os debates na comissão que resultam na aprovação da cassação do mandato parlamentar. Este trabalho tem como objetivo analisar a disputa pelos sentidos produzidos entre os deputados contrários e alinhados ao espectro político do deputado Glauber Braga, para isso, o estudo se apoia em observar as representações simbólicas a fim de expor características e categorias específicas de cada discurso. Na consecução do resultado pretendido, privilegiou-se de aspectos relacionados às divergências para e pelo poder nas práticas, contudo, sem negligenciar, utilizou-se de métodos qualitativos e de análise de conteúdo. Enfim, através de referenciais teóricos, que possibilitam avaliar textos e gêneros, percebe-se na análise direcionamentos ideológicos (Thompson, 2011), bem como justificações ancoradas em discursos políticos (Charaudeau, 2011), uma vez que tal metodologia parte sempre de falas e ações e busca compreender o simbolismo produzido e inserido nas práticas discursivas.

**Palavras-chave:** Cassação de Mandato. Dessemelhança e Expurgo do Outro. Análise de Discurso.

**ABSTRACT**

This study addresses the political discourses of dissimilarity and exclusion of the other in the context of the impeachment proceedings against Representative Glauber Braga [Pso/RJ] for breach of decorum. The analysis considers the votes cast by federal representatives in the Ethics Council of the Chamber of Deputies, observing the debates in the commission that resulted in the approval of the

impeachment of the parliamentary mandate. This study aims to analyse the dispute over the meanings produced among deputies opposed to and aligned with the political spectrum of Deputy Glauber Braga. To this end, the study relies on observing symbolic representations in order to expose specific characteristics and categories of each discourse. In order to achieve the desired result, priority was given to aspects related to divergences for and by power in practices, without neglecting, however, the use of qualitative methods and content analysis. Finally, through theoretical references that enable the evaluation of texts and genres, the analysis reveals ideological orientations (Thompson, 2011), as well as justifications anchored in political discourses (Charaudeau, 2011), since this methodology always starts from speeches and actions and seeks to understand the symbolism produced and inserted in discursive practices.

**Keywords:** Legitimacy Revoked. Dismembership and Purge of the Other. Discourse Analysis.

### **RESUMEN**

El estudio aborda los discursos políticos de desemejanza y exclusión del otro ante la representación de la solicitud de destitución del diputado Glauber Braga [Psol/RJ] por quebradero de decoro. En el análisis, se consideran los votos emitidos por los diputados federales en el Consejo de Ética de la Cámara de Diputados, observando los debates en la comisión que dan lugar a la aprobación de la destitución del mandato parlamentario. Este trabajo tiene como objetivo analizar la disputa por los significados producidos entre los diputados contrarios y alineados con el espectro político del diputado Glauber Braga. Para ello, el estudio se basa en la observación de las representaciones simbólicas con el fin de exponer las características y categorías específicas de cada discurso. Para alcanzar el resultado deseado, se privilegiaron aspectos relacionados con las divergencias para y por el poder en las prácticas, sin descuidar, sin embargo, el uso de métodos cualitativos y de análisis de contenido. Por último, a través de referencias teóricas que permiten evaluar textos y géneros, se perciben en el análisis orientaciones ideológicas (Thompson, 2011), así como justificaciones ancladas en discursos políticos (Charaudeau, 2011), ya que dicha metodología parte siempre de discursos y acciones y busca comprender el simbolismo producido e insertado en las prácticas discursivas.

**Palabras clave:** Destitución del Mandato. Desigualdad y Expurgo del Otro. Análisis del Discurso.

## 1 INTRODUÇÃO

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovou no dia 09 de abril de 2025 a representação formulada pelo Partido Novo que pedia a cassação do mandato do deputado federal Glauber Braga [Psol-RJ] por quebra de decoro parlamentar. Na ocasião foram treze votos favoráveis e cinco votos contrários, decorrentes da aprovação do parecer do Relator da proposta, o deputado Paulo Magalhães [PSD-BA] que recomendou em sua relatoria a perda do mandato de Glauber Braga.

A acusação ao deputado Glauber Braga deu-se em virtude, da denúncia do Partido Novo, de ter o parlamentar, em abril de 2024, expulsado da Casa Legislativa, com empurrões e chutes, Gabriel Costenaro, membro do Movimento Brasil Livre [MBL] que participava de manifestações de apoio a motoristas de aplicativo em defesa do Projeto de Lei nº 12/2024 que regulamenta a profissão. Na oportunidade, o episódio foi registrado por câmeras de celulares e gerou debates controversos em torno da desproporcionalidade ou não dos atos desferidos pelo deputado federal.

Durante a sessão na Comissão dezenas de parlamentares se inscreveram para defender o deputado pedindo a sua absolvição, sob a alegação de ofensas advindas pelo integrante do MBL à família de Glauber Braga, e que a reação do deputado não representava algum tipo de agressão física. Além do que tal julgamento desconsidera episódios anteriores que não resultaram em cassação de outros parlamentares da Câmara dos Deputados.

Para os opositores de Glauber, as agressões pelo deputado resultaram em atos totalmente desproporcionais às ofensas feitas pelo membro MBL, uma vez que o deputado, embora possua imunidade parlamentar, não poderia ficar impune às penas da lei, mesmo que houvesse entre os opositores discordância política ou ideológica.

Na ocasião, observou-se que na sessão da Comissão de Ética havia vinte e um deputados federais inscritos para falarem a respeito do Relatório sobre a cassação do parlamentar. Contudo, para análise do *corpus*, somente quatro discursos foram observados, isto é, dois do mesmo partido do deputado Glauber Braga e dois de partidos críticos e de oposição ao parlamentar. A preferência se deu em virtude de os dois deputados de esquerda analisados terem maior tempo de Casa e representatividade, a exemplo dos deputados Chico Alencar [Psol/RJ] e Guilherme Boulos [Psol/RJ] respectivamente, assim como em razão das narrativas políticas durante a sessão se repetirem em argumentos contrários à cassação (*perseguição política, cassação ideológica, imparcialidade e desproporcionalidade*). Quanto aos dois deputados de direita, Kim Kataguri [União/SP] e Nikolas Ferreira [PL/MG], favoráveis a cassação, a escolha ocorreu porque somente esses dois parlamentares de oposição se inscreveram e discursaram na Comissão de Ética.

Assim, nesse embate ideológico a pretensão foi observar as práticas discursivas, durante a votação na Comissão de Ética, e de que forma puderam representar discursos de defesas e ataques a pessoas ou instituições. Antes a esses fatos, os pontos centrais do estudo estão intimamente ligados na compreensão dos elementos discursivos e como os referenciais teóricos e metodológicos poderão instrumentalizar a análise das representações de cada parlamentar. Afinal, tal investigação está estribada na *Análise dos Discursos de dessemelhança e expurgo do outro no Conselho de Ética*, pois pretende analisar mais do que falas que possibilitam práticas e discursos, isto é, propõe observar como se estabelecem os argumentos políticos a fim de sustentar ou manter um sentido dominante.

Para a obtenção desses objetivos, este trabalho faz uso de técnicas de análise de questões relacionadas aos significados produzidos, a partir da interpretação dos sentidos, de forma a observar certas categorizações das práticas por meio de uso de referenciais teóricos que indicarão as subjetividades e os tensionamentos ideológicos nos discursos.

Isto posto, dentro das várias possibilidades, privilegiou-se, para lograr êxito no estudo, a investigação de aspectos relacionados à disputa pelo poder nas práticas discursivas. Porém, sem negligenciar, utilizamos de métodos qualitativos e de análise discursiva que possibilita apontar critérios e princípios que não se manifestam de forma implícita, mas por meios de aspectos dominantes nas práticas, nos espaços de interação e nas instituições (Thompson, 2011). Assim como, numa análise de discurso político, a partir de um jogo de máscaras, narrativas, persuasão e sedução, observou-se uso estratégico em contextos de comunicações particulares e, como tal técnica, puderam indicar um modo específico de circulação de mensagens no espaço social ao produzir um sentido ideológico (Charaudeau, 2011). Desse modo, tal metodologia busca compreender as formas simbólicas produzidas pelos sujeitos e grupos nos eventos e nas estruturas sociais, tal qual as assimetrias de poder inseridos nos discursos. Importando ainda destacar que não se procura no tipo de abordagem metodológica propor noções gerais ou totalizantes da realidade, mas sim perceber como os sentidos são construídos em situações contingentes específicas. Por isso, a importância desse estudo, em virtude da relevância social na preocupação com a constituição dos sentidos produzidos nos discursos, pois ao mesmo tempo que se examina as representações dos atores políticos na realidade social se observa como eles se constituem na estrutura e em cada evento público. Afinal, essa pesquisa qualitativa possibilita refletir a respeito do elo entre as categorias da linguagem, gêneros e das práticas sociais, a partir de um suposto senso comum em torno de pautas de dessemelhança e de fragmentação da sociedade.

Enfim, o desenvolvimento deste estudo leva a hipótese de que as representações dos deputados federais tencionam discursos que fomentam a divisão e a apartação de indivíduos e grupos, por meio da exclusão social entre as alas contrárias.

Finalmente, o trabalho se divide em duas partes em que a primeira traz aspectos teóricos referentes à ideologia, hegemonia e poder nos discursos e a segunda seção faz a análise propriamente dita dos discursos dos parlamentares na Comissão de Ética.

## **2 DISCURSO COMO HEGEMONIA E ESTRATÉGIA IDEOLÓGICA DE PODER**

O discurso é uma forma de prática social, assim como um modo de ação e de representação sobre o mundo que, ao mesmo tempo em que se instrumentaliza como uma estratégia ideológica, possibilita que determinadas pessoas ou grupos estabeleçam ou mantenham relações de poder e de dominação. Isso ocorre, porque a prática delineada no discurso, segundo Resende e Ramalho (2019), é um modo de ação historicamente situado que, enquanto é representado socialmente, se constitui de identidades, relações sociais e sistemas de conhecimento e crenças. Por isso, à medida que incorpora significados para manter e estruturar vínculos de poder, o discurso expõe lutas hegemônicas articuladas, desarticuladas e rearticuladas por meio de uma conexão dialética entre a estrutura social e os elementos e as dimensões da prática social.

Nesse sentido, o estudo e as teorias aqui observadas permitirão contextualizar aspectos referentes à ideologia, à hegemonia e ao poder. Por meio de uma análise sócio-política, notar-se-á como o discurso está relacionado à produção e reprodução de sentidos em contextos particulares e, de que forma, a partir de lutas hegemônicas pelo poder, os interesses serão representados através de um processo de naturalização da realidade social e de construção de visão de mundo. Ao compreender o modo de organização e de desenvolvimento das práticas sociais, perceber-se-á como se estabelecem e se sustentam as relações estruturadas de poder. Da mesma forma, de que modo as concepções ideológicas servirão, em tais contextos, para a construção dos discursos hegemônicos e como os indivíduos, os grupos e as instituições se utilizam de valores ou convicções na mobilização dos sentidos e na naturalização de práticas discursivas.

Para isso, observar os atores políticos, as instituições e as organizações específicas, nos debates ocorridos dentro do Parlamento Federal, envolvidos no exercício de poder, significa captar como a linguagem dos discursos políticos desempenharam um papel relevante na formação e na transformação da sociedade. Do mesmo modo, como as narrativas terão conexão com a ideologia e com a concepção de hegemonia, já que os processos constitutivos nas falas e nas linguagens podem ser identificados

numa ordem dialeticamente relacionada, com impacto da prática discursiva no mundo social e de acordo com sua interação na realidade pré-constituída.

Nesse sentido, observa Thompson (2011) que a estruturação social de um campo, pessoas ou instituições dar-se-á através da identificação das assimetrias e das diferenças sistemáticas que são relativamente estáveis, as quais possibilitam apontar critérios, categorias e princípios que não se manifestam de forma implícita, mas por meio de aspectos ideológicos nas práticas, nos espaços de interação e nas instituições. Tal explicação indica compreender como os sujeitos políticos pertencentes a determinados grupos dialogam dentro de um episódio específico e de que forma os eventos discursivos variam de acordo com o contexto de cada domínio público ou ambiente institucional em que são originados.

Na análise aqui do discurso produzido, partiu-se da percepção de um contexto que abrangeu relações de poder e distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos, bem como tipos específicos de representações discursivas e formas de naturalização e universalização dos sentidos (Resende; Ramalho, 2019). A propósito, os discursos representarão o mundo, como ele é ou como se quer que ele seja, como se fosse uma estratégia natural e válida para aqueles que a elaboram e compartilham. Afinal a relação entre sentido e poder, através do discurso, enseja trocas contínuas de conteúdos simbólicos. Como aduz Thompson (2011), o *modus operandi* utilizado para isso pode ser uma forma de se manter determinados grupos submissos e controlados e, daí, conservar e legitimar discursos dominantes na sua defesa do *status quo*. Mais ainda, a ideologia presente no enunciado discursivo poderá ser mobilizada no intuito de estabilizar, certificar e ocultar, assim como enfraquecer, subverter e expor sistemas de poder e opositores políticos, porque a estratégia de dominação será voltada para reforçar, justificar ou obscurecer uma suposta hierarquia social estabelecida, concorrendo, inclusive, para confirmar a validade normativa de relações assimétricas de poder na sociedade (Susen, 2017).

Nessa lógica, a ideologia, sendo construção da realidade, terá efeito no mundo físico, nas identidades e nas relações sociais, sobretudo servirá de representação de crenças, valores e desejos de grupos ou indivíduos, revelando formas de poder na ordem social a partir de significados que se quer construir. A rigor, a ideologia não representa uma falsa percepção da realidade, mas um meio de reprodução particular de determinados indivíduos ou grupos como sendo algo natural, geral e necessário (Oliveira, 2015). Em Thompson (2011), tal ideologia simboliza a forma com que os conteúdos se entrecruzam com as relações de poder e como o sentido constrói uma visão particularizada de mundo a partir da mobilização nos discursos por sujeitos sociais em posições de autoridade e legitimidade. Para Charaudeau (2011, p. 192), a ideologia é uma forma de articulação

entre significação e poder, com quatro pilares – “legitimação, dissimulação, fragmentação e reificação”, por meio do qual, nos discursos de representação, os sujeitos se reconhecem, como pertencentes a um determinado grupo-classe, por um jogo de identificação e de exclusão, constituindo para si uma “consciência social”, alienada pelas práticas dominantes no mundo. Daí dizer que o contexto específico de interação entre indivíduos e grupos poderá ser da mesma maneira que o campo socialmente ideológico. Enfim, todo esse processo de produção, reprodução e construção de falas e ações permitirá entender o engajamento ideológico no discurso, mas também a (in)coerência narrativa que possibilita observar os significados utilizados na linguagem do discurso individual.

Sendo assim, os discursos políticos podem conservar certas características e expor uma dinâmica estratégica e ideológica própria. À medida que se apresentam contextualizados, em episódios de tensões, rupturas e desavenças político-partidárias, o modelo de racionalidade usado nas práticas discursivas se conecta com a complexidade do caso, servindo, reiteradamente, para legitimar um argumento dominante e soluções *per se* (ultra)conservadoras e, muitas vezes, controversas, que se dão a partir de determinadas perspectivas vinculadas a grupos e interesses específicos (Miguel; Bogéa, 2020). De tal forma que a concepção da ideologia, nos discursos políticos, segundo Colares (2014), não implicará em ocultar a verdade e em conduzir a uma falsa consciência, em oposição a algo que será verdadeiro ou real, mas sim numa opinião que funciona por meio da linguagem e que viabiliza a ação social e parcialmente se constitui na realidade social.

Ainda em Thompson (2011, p. 35), o caráter ideológico se refere ao sentido mobilizado, presente nas práticas discursivas, em conexão com as relações de poder e dominação, pois, para ele, “a interpretação da ideologia se apoia nas fases da análise sócio-histórica e na análise formal ou discursiva, mas ela lhes dá uma ênfase crítica: usa-se como o objetivo de desmascarar o sentido que está a serviço do poder”. Nessa perspectiva, a ideologia representará uma estratégia de mobilização dos sentidos dos conteúdos simbólicos, constitutivos da realidade social, que estarão ativamente interligados para criar e manter vínculos entre pessoas e grupos a partir de relações sistematicamente assimétricas estabelecidas de poder (Thompson, 2011). Pois, segundo Susen (2017), isso vai orientar, primariamente, uma ação ou um conjunto de ações e, de forma secundária, representar a expressão da convicção dos atores humanos que o sustentam e estabelecem nas relações simbólicas mediadas com a realidade social.

Sobre isso, Thompson (2011, p. 79) aduz que a mobilização dos sentidos nos discursos, num contexto social definido, dar-se-á por meio de um “espectro amplo de ações e falas, imagens e textos”, que, quando produzidos, difundidos e reconhecidos, como construtos significativos, poderão, em condições específicas, servir de estratégias ideológicas de construção simbólica nas práticas

discursivas. É o significado a serviço do poder, que, almejando se sobrepôr sobre outros, se construirá a partir de distintos simbolismos, abrangerá desde falas cotidianas, imagens e argumentos radicais de certas figuras políticas e visará desempenhar um papel valorativo de domínio, de dessemelhança, de fragmentação e de reprodução de conflitos existentes em diferentes grupos, com pressupostos em produzir sentidos universais, já que buscam estar no centro da dinâmica da ideologia e do poder.

Nesse sentido, Bourdieu (2008) aponta que tanto a linguagem comum (produto do trabalho acumulado de um pensamento dominado pelas relações de forças entre as classes) quanto a linguagem erudita (produto de campos dominados pelos interesses e valores dos grupos dominantes) estabelecem, de alguma forma, um *modus operandi* que se presta mais “naturalmente” a usos ajustados de interesse e de valores dos grupos dominantes. Nessa junção, de forças de grupos e de asserções nas práticas das instituições, ao desvelar ideologicamente um modo de interpelação e de constituição dos sujeitos, podem-se demarcar disputas sociais e lutas no ecossistema político, pela hegemonia dos discursos e com foco na ideologia de dominação. Essas questões estão associadas às relações estruturadas de poder, realçando posições, no mundo social, entre aqueles que mais se beneficiam e outros que menos se beneficiam das relações sociais existentes nos mecanismos simbólicos e assimétricos de poder. Quer dizer, a ideologia disposta a partir desta concepção é, por natureza, hegemônica, no sentido de que ela necessariamente se coaduna com as relações de dominação e, com isso, favorece indivíduos e grupos dominantes.

Enfim, a ideologia será dirigida a “uma vontade de poder” que constitui uma agenda própria de conversão de seus parâmetros em critérios hegemônicos para ser aplicada no julgamento de valor de práticas performadas pelos atores políticos (Susen, 2017, p. 108). Por isso, a produção ideológica não pode estar dissociada de lutas sociais por e contra o poder da hegemonia. Mais do que isso, como denota Resende e Ramalho (2019), a dominação e o controle sempre estará em equilíbrio instável, em virtude da ideia existente de luta hegemônica e do eixo de disputa sobre pontos de instabilidade, já que a hegemonia representa um estado de permanência relativa de articulações dos elementos sociais. A propósito, Gruppi (1978, p. 58) se refere à hegemonia como “direção e domínio”, pois será concebida como uma conquista, através da persuasão e do consenso, sendo, dessa forma, um mecanismo de repressão das clivagens sociais. Para Coutinho (2012, p. 115-116), “a luta pela hegemonia implica uma ação que, voltada para a efetivação de um resultado objetivo no plano social, pressupõe a construção de um universo intersubjetivo de crenças e valores”, expondo sujeitos, partidos políticos e hierarquias no discurso. Assim, nesse campo político, se travam guerras simbólicas para manter ou sustentar relações de dominação ou pactos de convenção, de tal modo que os discursos das ideias serão construídos mediante práticas de poder no sentido da verdade – de dizer o verdadeiro – ou do



verossímil – dizer ao mesmo tempo o verdadeiro, o falso e o possível, e, nesse ambiente político, cada representação será objeto de uma encenação particular no qual constituem relações de poder, conforme o espaço, a posição, os argumentos e as margens de manobras de que dispõem cada ator político (Charaudeau, 2011).

Enfim, por força de lutas hegemônicas travadas no campo político, resultando na capacidade de unificar ou dissociar, por meio da ideologia, determinado bloco político, essa relação na prática, segundo Gramsci (1999, p. 320), “enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento”, já que a ancoragem representativa, a partir de uma linguagem discursiva, reproduz, por intermédio de regras, códigos e convenções existentes, visões particulares de determinado grupos partidários na disputa hegemônica pelos sentidos produzidos (Thompson, 2011). Afinal, a significação e a construção da realidade pelo discurso irão expor a prática social, revelar posições, poder e o capital político de pessoas e grupos, mas, sobretudo, representar lutas cotidianas pela hegemonia a partir do compartilhamento de valores subjetivos. Por isso, é preciso compreender de que forma os grupos partidários e certos atores políticos, inseridos em contextos específicos e envolvidos na relação entre a prática social, a estrutura social e o evento discursivo, tentam demarcar espaços ou posições, através de estratégias particulares de construções discursivas de dominação e poder. Contudo, tais aspectos serão abordados no tópico seguinte.

### **3 DESSEMELHANÇA, APARTAÇÃO E EXPURGO DO OUTRO NO CONSELHO DE ÉTICA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Em um ambiente de disputas hegemônicas pela pretensão do senso comum e pela imposição dos sentidos presentes nas formas simbólicas, os projetos ideológicos são constituídos e mantidos por meio de um espectro representativo de naturalização dos discursos. Na produção e reprodução das falas e palavras, em contextos específicos, como aconteceu durante a votação da cassação do deputado federal no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, alguns parlamentares ou grupos buscaram expor valores e crenças supostamente universais da realidade. No jogo das práticas discursivas e no espaço sistematicamente assimétrico de poder, pretenderam intervir e influenciar a realidade e o curso dos acontecimentos sociais, através de linguagens produzidas num conjunto de palavras, conduzidas por uma técnica que indica um espectro ao produzir um sentido ideológico e, assim, quantificar níveis de poder e de relações de dominação (Charaudeau, 2019).

O uso de justificação política, como expressões de um sujeito para um sujeito – ou sujeitos – e da forma que são produzidas, construídas e empregadas, evidencia certos propósitos ou intenções e expressa aquilo que se quer dizer ou tencionar nas e pelas formas assim produzidas. Essa prática,

segundo Foucault (1996), não é apenas o que se revela nas disputas dos sentidos para dominação, mas, algo, intrinsecamente, ligado ao desejo ao poder, visto que não é uma maneira com que simplesmente o indivíduo manifesta (ou oculta) o desejo, é, também, um *modus operandi* que indica o objeto do desejo, as intenções e as preferências pessoais de quem o produz.

Tais representações podem expor estratégias do ator político, que numa análise enunciativa, evidenciam seus comportamentos locucionais para além da vida. Porque, de fato, o discurso político motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido, dedicando-se a construir imagens de certos agentes e a utilizar uma técnica de persuasão e de sedução por meio de diversos procedimentos retóricos (Charaudeau, 2011). Tudo isso, capaz de desencadear reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir à crença e à descrença, apoiar atos estatais ou rebelar uma revolta coletiva na sociedade, por meio do emprego de enunciados particulares, envolvendo disputas pela hegemonia do sentido comum da realidade, mas, sobretudo, pelo estabelecimento ou pela manutenção da dominação (Thompson, 1998).

Com efeito, as relações de dominação constituídas em diferentes discursos políticos podem ser de diversas formas, seja complementando, seja disputando um sentido específico, mas sempre fazendo uso para se relacionarem, cooperarem, competirem e dominarem através das representações (Resende; Ramalho, 2019). Em Colares (2014), toda essa prática discursiva poderá fazer parte da construção social, sendo avaliada considerando o evento, no contexto específico no qual estiver inserido. Isso porque, segundo Resende e Ramalho (2019), a representação de falas não constitui um simples aspecto gramatical, mas um processo ideológico que revelará o uso do poder através de formas linguísticas.

Nesse contexto, determinados sujeitos políticos podem ser valorizados por suas ações ou por seus enunciados, bem como ter suas instituições ofuscadas ou destacadas em suas representações, desvelando estratégias de valores e crenças em suas práticas linguísticas e, de certa maneira, julgamentos e direcionamentos que são capazes de indicar traços ideológicos em relação a eles e a suas atividades (Resende; Ramalho, 2019); por isso, podem se sentir desobrigados a dizer ou mesmo a não necessitar dizer o que realmente sabem ou acreditam através de suas preferências pessoais (Colares, 2014).

Daí dizer que o capital político e o poder, resultantes do reconhecimento de certas funções ou instituições, notadamente de deputados federais, favorecem a produção e reprodução de julgados simbólicos, já que, quando endossados no poder de porta-vozes do povo e no peso obtido dos discursos, as falas se constituirão da garantia do mandato concedido (Bourdieu, 2008). Dessa forma, suas práticas, além de manifestarem posições e estratégias, indicarão um simbolismo ideológico mobilizado nas representações. Decerto, a posição simbólica, consagrada ao Parlamento, inquestionavelmente ou não,

dar-se-á através de um “crédito natural”, visto que sua atividade na construção de um voto, inerente ao seu discurso político, legitima-se de fé pública, na qual suas representações poderão indicar estarem “acima de qualquer suspeita” (Charaudeau, 2019, p. 52). Aliás, o uso legitimado das palavras pelos verdadeiros fiadores do povo, na espécie, autorizados a fazê-lo – “os detentores do cetro” –, será consagrado por suas técnicas e habilidades em produzir uma classe particular de discurso (Bourdieu, 2008, p. 91).

A rigor, a investidura do agente político, numa posição de notoriedade na estrutura, propicia sancionar e santificar sua distinção social em relação a outros indivíduos e, assim, fará surgir um *status* social, conhecido e reconhecido pela pessoa investida, bem como pelos demais na sociedade. Enfim, isso acontece, porque as instituições, em especial, o Congresso Nacional, na determinação da classificação objetiva e hierárquica de valorização simbólica, confere um quase monopólio aos seus grupos e atores políticos, que, através do conhecimento e do reconhecimento, obtêm um sólido capital simbólico de imposição de escala mais favorável de valores aos seus produtos e bens (Bourdieu, 2004). E, assim, como porta-voz, oficialmente autorizado e garantido pela outorga estatal, possuirá o monopólio, a violência simbólica e o poder de mobilizar os sentidos produzidos nas deliberações e votações nas casas legislativas, já que eles não falam em seu próprio nome, mas transmite algo, como legitimados do Estado.

Foi nesse contexto que a disputa pelos sentidos num contexto político de votação pelos membros da Comissão de Ética galvanizou a atenção da sociedade em torno da cassação do deputado federal Glauber Braga. Afinal, para compreender os enunciados discursivos de diferenciação dos argumentos contidos em cada voto e como cada parlamentar motivou sua decisão, observou-se os contrastes envolvendo as pretensões político-ideológicas e de que forma os discursos produzidos evidenciam certas estratégias, interesses e poder elencado na estrutura social.

Nesse contexto, durante a votação na Comissão de Ética, o deputado federal Kim Kataguiri<sup>1</sup> [União/SP], em 01:40:08 após de início da sessão, acusou o deputado Glauber Braga de ter mentido, já que a agressão física desferida em Gabriel Costenaro, membro do MBL, partiu do próprio parlamentar, pois estando “*descontrolado partiu para cima, efetivou a agressão e ainda se orgulha disso e traz os seus pares .... parlamentares do PSOL e do PT para dizer que fariam até pior na*

---

<sup>1</sup> Kim Patroca Kataguiri. Em 2014, co-fundou o Movimento Brasil Livre (MBL). O MBL surgiu como uma resposta à crescente insatisfação com o governo da presidente Dilma Rousseff. As manifestações organizadas pelo MBL, como a “Marcha pela Liberdade” em 2015, desempenharam um papel crucial no processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Em 2018, aos 22 anos, candidatou-se a deputado federal por São Paulo pelo Democratas (DEM) e foi eleito com 465.310 votos, o quarto mais votado no estado. Em 2022, apoiou a candidatura de Sergio Moro à presidência e se filiou ao Podemos. Após divergências internas, migrou para o União Brasil, partido pelo qual foi reeleito deputado federal com 295.460 votos. Disponível em: < <https://kimkataguiri.com.br/minha-historia/>>. Acesso em: 23 jun. 25.

situação do Glauber Braga” e prossegue: “*eu acho muito curioso ver aqui neste conselho de ética parlamentares de esquerda falando sobre a desproporção*”. Pois, “*tivemos aqui neste conselho relatado por parlamentares de esquerda um caso de desvio de dinheiro público [...]*. E, conclui: *pele seu alinhamento ideológico escolheram absorver, escolheram salvar um parlamentar da cassação do seu mandato*” (grifo nosso)<sup>2</sup>.

Observe que o discurso político do parlamentar de direita revela contradições do adversário, projeta sombras da manipulação dos seus opositores e denuncia ou rejeita os valores preconizados por estes, questionando por meio de ataques *ad hominem* a probidade de adversários, suas contradições, suas alianças supostamente nefastas e a interdependência de políticos aliados ideologicamente (Charaudeau, 2011).

Tais enunciados simbólicos trazem, de alguma maneira, um enredo delineado de mensagens construídas, com sentidos diversos, criando um terreno ideológico através de produtos específicos, propensos a legitimar crenças e valores e, assim, contribuir, não somente para a concepção de uma identidade negativa dos atores políticos e grupos partidários, como também para deslegitimá-los (Resende; Ramalho, 2019). Não só isso, no tipo de concepção ideológica a opinião do deputado Kim Kataguirí tencionou uma pretensão singular, através de uma correlação de atos e ações, muitas vezes criando vítimas e vilões sociais no intuito de desencadear uma contestação social, que poderá causar reações nas pessoas e nas instituições, cuja fórmula atraente dar-se-á mediante uma dramatização narrativa com fim de propagar uma denúncia que promoverá eventuais responsáveis em suspeitos ou culpados, devidamente interessados na condução de uma ação ou de um processo complexo e relevante (Charaudeau, 2019).

Por isso, na mesma sessão, em 01:47:37 após o início da sessão, o deputado Guilherme Boulos<sup>3</sup> [Psol/SP] insinua que o deputado Kim Kataguirí queria dar aula de moralidade pública, logo ele que “*recebeu uma denúncia por ter pago uma ação da Polícia Federal por desvio de verba parlamentar votou agora aqui contra o Glauber*”, uma vez que “*não foi julgado aqui André Fernandes também deputado nessa casa, é alvo do inquérito de investigação por ter feito apologia, apoiado as manifestações que quebraram essa Casa, golpistas no 8 de janeiro*”, da mesma forma “*não foi julgado aqui, sequer veio para o Conselho de Ética, a representação que nós entramos contra Carla*

<sup>2</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Glauber Braga: Conselho de Ética vota pela cassação do mandato do deputado - 09/04/2025*. Vídeo disponibilizado pelo Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pVsqiPm3nDs>>. Acesso em: 23 jun. 25.

<sup>3</sup> Guilherme Boulos é professor, escritor, formado em filosofia e mestre em psiquiatria pela Universidade de São Paulo. Atua no movimento social há mais de 20 anos. Durante duas décadas, dedicou-se à luta social por moradia digna e reforma urbana no Brasil. Em 2022, foi eleito o deputado federal mais votado de São Paulo, com 1.001.453 votos. Disponível: <<https://guilhermeboulos.com.br/bio/>>. Acesso em: 23 jun. 25.

*Zambelli...por porte irregular de arma naquela cena absurda digna de uma pessoa pistoleira, correndo atrás de uma pessoa nas ruas de São Paulo”; afinal de contas, “sabe que todos esses deputados tem em comum, desde o Kim Kataguiri pagando 50 mil em dinheiro vivo até o preso por assassinato da Marielle, todos são da direita é isso que eles tem em comum”. E, aí, conclui: “aqui nessa seção deveria envergonhar aqueles que estão sendo cúmplices dessa perseguição política, porque vocês podem inaugurar hoje a cassação por ideologia, cassação por posicionamento político” (grifo meu)<sup>4</sup>.*

Nos trechos acima, percebe-se que as falas do deputado Boulos indicam uma sensação de perseguição e de ataque a um inimigo público comum, que revela, segundo Thompson (2011, p. 83), uma espécie de linguagem dissimulada ou de “deslocamento” de sentido de um objeto por outro, isto é, de uma questão política por outra, pois conota negativamente a contradição ou incoerência do próprio Parlamento, relacionando-o aos problemas, ao mau funcionamento e à ausência de critérios isonômicos nos métodos de análises, julgamentos e cassações de políticos de alas ideológicas opostas. Encena-se, desse modo, um “discurso de marginalização”, por representar uma fragmentação ideológica de certas pessoas e grupos políticos, suscetível a culpabilizar e desacreditar deputados opositores, responsabilizando-os pelas imperfeições e pelas desigualdades de recursos disponíveis no sistema legislativo (Resende; Ramalho, 2019, p. 143).

O que se vê na análise é uma estratégia de “justificação”, como assente Charaudeau (2011, p. 123), levado a produzir um método causal ou emitir declarações que visam inocentar ou acusar certos atores políticos das críticas ou das denúncias que lhes são dirigidas. Aliás, isso equivale a navegar entre a intenção e o resultado, como contrapeso à crítica que o provocou.

Ademais, ocorreu no discurso político a formulação de convicções que fizeram descrever um estado de mundo ou coisas sobre a identidade dos sujeitos políticos, sobretudo uma faceta discursiva desfavorável de naturalização a partir de um *continuum* de desigualdades, diferenças e dessemelhanças, como forma de se criar um ambiente de fragmentação ou expurgo de indivíduos ou classes e a perda do “sentimento de semelhança” na sociedade (Resende, 2009, p. 152). Observa-se a presença de palavras não inocentes, pois, de certo modo, o efeito subjetivo de empenho na prática discursiva rompeu a unidade aparente da linguagem comum, fazendo com que cada palavra ou locução representada encontra-se comprometida com determinado sentido (Bourdieu, 2008). Quer dizer, por força do discurso, percebeu-se o uso das estratégias aplicadas pelo deputado federal com o fim de fazer

<sup>4</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Glauber Braga*: Conselho de Ética vota pela cassação do mandato do deputado - 09/04/2025. Vídeo disponibilizado pelo Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pVsqiPm3nDs>>. Acesso em: 23 jun. 25.

valer a sua verdade para dizer a verdade do jogo e triunfar, assim, no jogo ideológico e hegemônico de poder (Bourdieu, 1989).

Em razão disso, em 01:55:07 após o início da sessão, o deputado Chico Alencar<sup>5</sup> [Psol/RJ] trouxe em seu discurso questões voltadas ao apelo social, ou melhor, ao escrutínio popular quando disse que *“tem uma maioria neste momento que não quer discutir nada, quer votar pela cassação do Glauber; o que na sociedade brasileira vai ser lido corretamente como um atentado contra a democracia, como um extremismo absolutamente baixo”* (grifo meu)<sup>6</sup>, o que denota uma crença supostamente universal e de interesse de todos a respeito da possibilidade da cassação do parlamentar.

As falas exibem e retratam predileções pessoais e de anseios da nação na busca de construir uma realidade de uma forma que sugere uma maneira particular de representar valores e o senso comum. Transcreve-se uma linguagem de unificação nacional, buscando representar os desejos populares ao induzir o sentido através de uma solução como sendo geral. Enfim, percebe-se, portanto, uma construção de universalização simbólica, na qual os interesses e as pretensões são apresentados como se fossem originários de um engajamento único e recíproco de toda a sociedade.

Essa ideia de “simbolização da unidade” nacional (digna de apoio da audiência coletiva), como aduz Thompson (2011, p. 86), baseia-se num direcionamento discursivo que permite criar um ecossistema social de significados de pertença à comunidade, de bem-estar social e de soluções cotidianas dos males existentes. Desse modo, por meio de um discurso nacional, o deputado Chico Alencar produziu, no sentido das formas, uma linguagem simbólica de padronização, visando, através da justificação de unificação social, o reconhecimento e a legitimidade por todos (Thompson, 2011). Sobre tal análise, Charaudeau (2016, p. 107) entende que tais representações, num ambiente político, tornam-se demagógicos, uma vez que buscam a aprovação popular e se empenham em adular, tranquilizar e arrebatar numa esperança de senso comum, pois têm a finalidade de conquistar a opinião pública no mundo social.

Além disso, no tempo destacado ao seu voto, em 02:01:07 após o início da sessão, ainda denota que *“isso é uma vergonha num país democrático. Os mesmos que defendem o golpismo a perpetuação no poder de Bolsonaro, outro elemento também parece que o Arthur Lira é figura central nesse processo aqui”*, e, portanto *“Glauber tem a proposta de cassação do mandato pelo conjunto da obra,*

---

<sup>5</sup> Chico Alencar já foi eleito o melhor deputado do país cinco vezes. Oriundo dos movimentos sociais, acumula mais de 30 anos de experiência na política institucional, tendo sido candidato à presidência da Câmara dos Deputados em 2011, 2013, 2015 e novamente em 2023. Em 2022 foi eleito para seu 5º mandato como deputado federal, graças ao voto de 115.023 eleitores e eleitoras do Rio de Janeiro. Teve votos nos 93 municípios do estado. Disponível em: <<https://chicoalencar.com.br/>>. Acesso em: 23 jun. 25.

<sup>6</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Glauber Braga*: Conselho de Ética vota pela cassação do mandato do deputado - 09/04/2025. Vídeo disponibilizado pelo Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pVsqiPm3nDs>>. Acesso em: 23 jun. 25.

por lutar pela soberania nacional, por não se agachar diante de poderes que alguns de nós às vezes queremos exercer de maneira ditatorial, por denunciar o esquema criminoso e corrompido de muitas das emendas parlamentares” (grifo nosso)<sup>7</sup>.

Veja que o enunciado trazido relata, ao produzir diversos sentidos ou sentidos próximos ou mesmo falas ou frases dissimuladas, uma suposta trama em torno da denúncia e da votação no Conselho de Ética e revela certas relações de dominação e poder. Que seja dito, nesse processo ideológico, criam-se estereótipos ou rótulos específicos como se fossem gerais e se estabelecem analogias ou relações de causas e efeitos com as metáforas da vida diária (*soberania nacional, perpetuação no poder, trama golpistas, corrupção etc.*), objetivando, a partir de crenças e valores pessoais, naturalizar e fornecer uma resposta social. Isso explica o fato de o conjunto de crenças pertencerem a um domínio em que há a existência de uma verdade constituída e que se sujeita a um sistema de pensamento ao qual o discurso político está aderido e animado de “uma certeza, com ou sem provas ou não” e dela se apropria de modo não racional. A adesão às representações preconcebidas, aos rumores e aos julgamentos estereotipados, que se dispõem através de enunciados mais ou menos fixados (provérbios, aforismos, máximas e também expressões idiomáticas, fraseologias ritualizadas etc.), orbita no ambiente político e partidário e faz que o produtor da linguagem ou da mensagem e, sobretudo, as pessoas acreditem em uma verdade universal (Charaudeau, 2019).

Na verdade, nas falas analisadas, os discursos produzidos buscaram intervir na realidade social e influenciar as ações e os sentimentos na sociedade. Tal sistema de força simbólica se manifestou, como relata Bourdieu (1989), por meio da produção e da reprodução de estratégias retóricas que determinam quem pode interrogar, responder fora do que foi perguntado, devolver os questionamentos, discursar por longo tempo sem interrupção ou passar por cima desta, definindo quem constrói e, inclusive, quem se submete às estratégias produzidas, aos argumentos in(consistentes) e às formas estereotipadas, etc. Enfim, a apreensão dessas estruturas permitiu explicar os detalhes das cumplicidades e dos antagonismos, das manobras argumentativas e dos ataques desferidos e bem sucedidos, ou melhor, tudo que na hermenêutica e na lógica discursiva permite compreender a partir unicamente dos enunciados discursivos.

Finalmente, já no desfecho, em 05:59:07 do início da sessão, o deputado de direita, Nikolas Ferreira<sup>8</sup> [PL/MG], traz um discurso inflamado, quando denuncia a diferencialidade e tenciona a

<sup>7</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Glauber Braga*: Conselho de Ética vota pela cassação do mandato do deputado - 09/04/2025. Vídeo disponibilizado pelo Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pVsqiPm3nDs>>. Acesso em: 23 jun. 25.

<sup>8</sup> Nikolas ingressou na política em 2020, quando foi eleito vereador de Belo Horizonte pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) com 29.388 votos, alcançando a segunda maior votação para o cargo na história da cidade. Seu mandato

exclusão e a divisão da sociedade em dois campos: políticos de direita e de esquerda. No voto, afirma que não haveria uma mesma causalidade discursiva caso houvesse interesse pela oposição na cassação de um deputado de direita, isto é, os políticos de esquerdas são “*santinhos, né? quando estão numa posição desfavorável viram santinhos*”, se referindo aos seus adversários ou inimigos políticos. Ainda, ataca-os dizendo: “*vocês fazem parte de um partido da foice e martelo que matou cristão*”, que “*tiram uma foto junto com Cesare Battisti, que matou várias pessoas*”, e “*é a mesma, aquela que exalta Che Guevara, que matou e fuzilou homossexuais e quem disse isso foi o próprio Fidel Castro em uma entrevista na Folha de São de Paulo*”; por isso, “*essa é a verdade: comunista não merece nenhum pingão de pacificação [...] porque o comunista é inacreditável. na hora que ele tá desfavorecido ele vira um anjinho*”. Então conclui “*o Brasil vai ver esse vídeo e vai saber quem vocês são, comunistas [...] comunista é genocida, comunista defende a morte de seus opositores, comunista não tem pacificação com cristãos, já perseguiram e mataram diversos, seja na Polônia, seja na Ucrânia seja na União Soviética*” (grifo nosso)<sup>9</sup>.

Observem que as palavras do deputado de direita podem apresentar modalidades predominantemente objetivas ou estratégias específicas que evidenciam um significativo grau de comprometimento da pessoa com o discurso produzido, como forma de universalizar o mundo conforme sua perspectiva particular. Quando se usa um tipo de metáfora ou um argumento incoerente nos discursos, isso representa a compreensão de um sentido específico por meio de uma experiência pessoal e da linguagem parcial da realidade (Lakoff; Johnson, 2002).

Tal prática, em especial, ocorre quando os sentidos são mobilizados ideologicamente tendentes a reforçar crenças e valores na sociedade a partir, por exemplo, de uma gramática política e populista, que visa a apontar espiões e inimigos públicos, com base num discurso de excepcionalidade. Essa vertente nos discursos traz consigo a intenção de racionalizar o poder e domesticar as forças, mas, sobretudo, legitimar-se democraticamente, naturalizando, maculando e universalizando a figura de um inimigo comum social (Salgado, 2018). Aliás, a identificação e a demonização de uma pessoa ou

---

como vereador foi marcado por seu alinhamento com as bandeiras conservadoras e sua oposição a várias pautas progressistas. Nikolas Ferreira notabilizou-se ainda como ativista e influenciador nas redes sociais, destacando-se especialmente no apoio ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e posteriormente se tornando o coordenador do movimento Direita Minas, um movimento criado para organizar os conservadores e engajar no debate público através das redes sociais. Seu engajamento com a família Bolsonaro o fez se tornar uma figura proeminente, e nas eleições gerais de 2022, ele disputou o cargo de deputado federal pelo Partido Liberal (PL), sendo apoiado pelo presidente em exercício, Jair Bolsonaro. Em 2022, Nikolas se elegeu deputado federal com a marca de 1,49 milhão de votos, tornando-se o deputado mais votado do Brasil naquele pleito e o mais votado da história de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/nikolas-ferreira/>>. Acesso em 23 jun. 25.

<sup>9</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Glauber Braga*: Conselho de Ética vota pela cassação do mandato do deputado - 09/04/2025. Vídeo disponibilizado pelo Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pVsqiPm3nDs>>. Acesso em: 23 jun. 25.



determinada clivagem criam uma lógica e uma equivalência social que possibilita a mútua indicação populista do adversário público, o ódio recíproco a algo ou alguém, assim, toda essa tensão se forma a partir de uma fronteira interna de dicotomização do espectro político de união contra o adversário comum (Laclau, 2013).

Tal violência simbólica expressada pelo deputado Nikolas Ferreira serviu para exacerbar diferenças por meio de um tipo de tratamento de intolerância e aniquilação de certos atores sociais, representado, de acordo com uma lógica de dessemelhança, a favorecer o expurgo de um inimigo a ser combatido (Resende, 2009). Assim, quando o discurso assevera que comunista não pacífica, persegue, mata e defende a morte de seus opositores, há um discurso de “apartação” e de construção de dualidades através de metáforas ontológicas, com propósitos maniqueístas de separar os cidadãos bons dos maus (Resende, 2009, p. 152) e, sobretudo, com a pretensão de aventar uma descredibilidade e punição seletiva dos supostos adversários (Smaniotto; David, 2017).

Cria-se, então, um espírito antagônico, moral e simulado de diferenciação a ser compartilhado por indivíduos numa identidade coletiva, sobretudo quando se diz “*o Brasil vai ver esse vídeo e vai saber quem vocês são comunistas*”, pois, na prática, tal discurso caracteriza uma lógica de aparência resultante da exclusão da semelhança e de desprivilegio a determinadas pessoas e grupos sociais (Thompson, 2011). Isso porque essa “diabolização do outro”, como indica Garapon (1999, p. 97), exacerba as diferenças, fabrica e identifica uma espécie de “bode expiatório”, simbolizando uma concepção ideológica de evocação de uma ameaça social, de transformação em estereótipo e de designação de responsáveis pela desordem social vivida, já que tal estratégia tem por fim desqualificar um opositor e reunir um sentimento identitário coletivo do “nós” contra “eles”, que resulta em eliminar e expurgar um inimigo maior (Charaudeau, 2016).

Percebe-se que tais narrativas políticas trazem ideias preconcebidas, na forma de enunciados, e cita casos de “*genocidas, assassinos e perseguidores de cristãos*” expressando uma crença subjetiva que busca endossar um amálgama de sentimentos da sociedade, mas também, estabelecer uma suposta verdade universal de mundo, através de evidências simuladas, pois se intenciona constituir rumores e convicções nos sujeitos e no meio social. Além disso, tal discurso naturaliza uma linguagem de rotulações e distinções determinadas por vetores e relações de poder, uma vez que visa a demarcar posições dos sujeitos e a constituir um ambiente fragmentado e segmentado capaz de criar, ofuscar e eliminar alvos projetados tidos como perigosos, ameaçadores e prejudiciais à sociedade (Charaudeau, 2016).

Os discursos extremados simbolizam uma reflexão pessoal e de exclusão e revela-se uma combinação dialética, como dito, entre os “nós” e “eles”, contextualizada num episódio de ausência

de pacificação e de violência social e aderindo a uma estratégia ideológica de “fragmentação” social que, acontece, segundo Resende (2009, p. 152), quando há “segmentação simbólica de indivíduos e grupos”, na qual os sentidos construídos são pautados num recorte de dessemelhança e expurgo. Dessa forma, por tencionar e representar significativamente um determinado grupo ou pessoas em detrimento de outros, visa a produzir um rival específico a ser de qualquer forma combatido. Em Thompson (2011, p. 87), tal oponente, quando anunciado no discurso, deverá ser “tratado como um desafio, uma ameaça, diante da qual as pessoas devem se unir”, pois o discurso produzido na Comissão de Ética representou uma fachada retórica para encobrir certas relações subjacentes e, “sentimentalmente”, de modo parcial, decretar o “inimigo da sociedade”, enfim, “um inimigo político”, que reflete o desprezo particular e emocional de quem julga e identifica.

Finalmente, o tipo de *modus operandi* utilizado de diferenças e divisões de pessoas numa comunidade ocorre como forma de projetar uma prática ideológica de sustentação ou de manutenção de um discurso hegemônico de poder e dominação. Pois, a rigor, acontece de modo articulado e através da concepção da “unificação”, que se constitui por meio de uma unidade simbólica, interligada numa identidade coletiva, que busca a segmentação de determinados indivíduos e grupos e, ao mesmo tempo, a união de outros, opostos ao primeiro, fazendo, assim, surgir a dualidade ou o antagonismo existente que pretende exatamente expor, através de uma representação pessoal, determinados atores sociais e políticos ou instituições à censura popular e à opinião pública (Resende, 2009, p. 152).

Observe que nos discursos políticos construiu-se um simbolismo de formas por meio dos sentidos que visam a motivar o debate social de tal modo que os argumentos produzidos exteriorizam uma encenação que aproximam fatos que julga pertencer a um mesmo contexto, por isso, adquirir-se-á a mesma equivalência ou etiqueta social.

Na pretensão analisada, buscou-se reproduzir narrativas com a intenção de persuadir a coletividade e lançar lhas à punição popular, sobretudo com acusações negativas, de desaprovação e censura moral, que tinham gradual potencialidade de corroer a imagem, a credibilidade e a confiança social dos alvos imediatos, e capacidade de produzir um escândalo público e de dissimular uma perseguição concreta e seletiva aos supostos adversários políticos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve por escopo a análise dos discursos políticos na sessão de cassação do deputado Glauber Braga no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. O estudo possibilitou compreender as tensões existentes nos debates e na votação dos parlamentares federais, uma vez que

as representações dos sentidos construídos se voltaram a um contexto de defesas e ataques entre apoiadores do deputado denunciado e os opositores de direita.

Na ocasião foram analisados os discursos políticos na arena legislativa e percebeu-se a constituição de práticas e de estratégias específicas, notadamente de fragmentação, apartação e expurgo do outro, endossadas por alguns interesses particulares e mobilizadas numa suposta verdade factual, que fizeram rotular pessoas e grupos como se pudessem ser diferentes dos demais.

A encenação ou o teatro político produzido e reproduzido criou antagonismo entre as classes, mas também fomentou o rótulo do inimigo da sociedade, o bode expiatório político, estigmatizado na figura dos opositores políticos e partidários. As falas partiram de um moralismo, através de metáforas ontológicas (*perseguição, genocida, corrupção, assassinos etc.*), como se a regra a ser aplicada fosse o combate ao adversário, numa verdadeira caçada ao oponente que deveria ser punido em razão de seu capital político e identidade social.

Aliás, como arma combativa para vencer o alvo designado perigoso, que deveria ser condenado à justiça popular, utilizou-se de justificativas para diferenciar os homens bons dos indivíduos maus, os quais são verdadeiras ameaças à coletividade. Pois, foi assim que os discursos políticos metaforizam a realidade social e se apoiaram em práticas personalistas, através de motivações populistas, de vanguardas ao apoio popular, operando estratégias de unificação nacional e de dissimulação de argumentos, como se fossem dignos de apoio incontestável e universal da comunidade nacional.

Portanto, chegou-se, assim, ao resultado das análises discursivas, percebendo os arranjos estratégicos existentes nos enunciados discursivos, protagonizando-se disputas hegemônicas pelo e para poder e manipulando-se, reciprocamente, ao sabor dos holofotes populares, pois quando os significados foram produzidos (*cassação por ideologia, por posicionamento político; a extrema direita defende o golpismo e a perpetuação no poder; comunista é genocida e não merece nenhum pingão de pacificação*) revelaram direcionamentos ideológicos, sobretudo naturalizaram práticas de dessemelhanças e de expurgo do adversário político. Afinal, nesse jogo pela dominação e poder, foi renunciada a parcialidade, o desapego e a garantia ou certeza dos argumentos das práticas discursivas, em troca das disputas pelos sentidos, universalizadas em suas predileções pessoais e ideológicas.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer. Prefácio de Sergio Miceli. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas / Pierre Bourdieu. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão Técnica de Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1989.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Glauber Braga: Conselho de Ética vota pela cassação do mandato do deputado - 09/04/2025. Vídeo disponibilizado pelo Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pVsqiPm3nDs>>. Acesso em: 23 jun. 25.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das Mídias. Tradução Angela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso político / Patrick Charaudeau – Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

COLARES, V. Análise Crítica do Discurso Jurídico (ACDJ): o caso Genelva e a (im)procedência da mudança de nome. ReVEL, v. 12, n. 23, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 115-116.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 16. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GARAPON, Antonie. O juiz e a democracia: o guardião das promessas. Tradução de Maria Luiza de Carvalho. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1 v. 1999.

GRUPPI, Luciano. Conceito de hegemonia em Gramsci. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

LACLAU, Ernesto. A razão populista. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. Metáfora da vida cotidiana. São Paulo: Educ, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; BOGÉA, Daniel. O juiz constitucional me representa? O Supremo Tribunal Federal e a representação argumentativa. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 104, 2020.

OLIVEIRA, David Barbosa de. Análise de discurso crítica da anistia política de militares no Brasil: a disputa por sentidos que ampliam ou restringem os direitos dos militares anistiados. 2015. Tese de Doutorado em Teoria e Dogmática do Direito – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. Análise do discurso crítica. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

RESENDE, Viviane de Melo. Dessemelhança e expurgo do outro no debate acerca do rebaixamento da maioria penal no Brasil: uma análise discursiva crítica. *Forma y Función*, Bogotá, v. 22, n. 1, jan./jun. 2009.

SALGADO, Eneida Desiree. Populismo judicial, moralismo e o desprezo à Constituição: a democracia entre velhos e novos inimigos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 117, p. 193-217, jul./dez. 2018.

SMANIOTTO, João Vitor Passuelo; DAVID, Décio Franco. Parcialidade e fetiche: Freud explica. In: PRONER, Carol et al. (Orgs.). *Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula*. 1. ed. Bauru: Canal 6, 2017. p. 198-203.

SUSEN, S. Reflections on ideology: lessons from Pierre Bourdieu and Luc Boltanski. Tradução de Fernando Bee e Raphael Concli. *Perspectivas*, São Paulo, v. 49, p. 101-137, jan./jun. 2017.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.